Clodoaldo Bueno

POLÍTICA EXTERNA
DA PRIMEIRA REPÚBLICA
Os anos de apogeu (de 1902 a 1918)
V – CONSOLIDAÇÃO E LIMITES DA AMIZADE NORTE-AMERICANA

Rio Branco captou com precisão a nova distribuição do poder mundial e, sobretudo, a posição ocupada pelos Estados Unidos\textsuperscript{313} que já possuíam a maior economia do planeta e ingressavam na política das grandes potências, buscando a formação do seu sistema de poder. O chanceler brasileiro não contestou as pretensões dos norte-americanos e até lhes facilitou a tarefa, na medida em que procurou uma aproximação ainda maior do que a que já existia e manifestou o desejo de vê-los desempenhando o papel de leadership do continente.\textsuperscript{314}

Um dos pilares da política exterior de Rio Branco foi a amizade dos Estados Unidos, com a qual se contemplavam os interesses da agroexportação e facilitava-lhe o exercício de uma política sub-regional. Inaugurado pelos fundadores da República, o redirecionamento da política externa brasileira para a potência hegemônica do hemisfério foi de tal modo consolidado que sobreviveu ao próprio chanceler e adquiriu novas características, adequadas à ordem mundial surgida durante e após as crises do sistema internacional da primeira metade do século xx.\textsuperscript{315}

Havia um fundamento de natureza comercial na aproximação do Brasil aos Estados Unidos, conforme já reiterado. As economias dos dois países eram complementares. Ao Brasil, agora razões de caráter político, a aproximação significava sustentação das exportações e atração de capitais. O rápido crescimento da população norte-americana proporcionava amplas perspectivas à venda de produtos tropicais, especialmente o café.\textsuperscript{316} Assim, os responsáveis pela condução dos negócios públicos, assistindo à plenitude do liberalismo econômico, não punham em causa a divisão internacional do trabalho e viam mesmo no mercado consumidor norte-americano a viabilidade do sistema econômico brasileiro fundado na agroexportação.

\textsuperscript{313} Vejam-se GANZERT, 1942, p. 432; BURNS, 1966, p. 200.
\textsuperscript{314} Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Veja-se, por exemplo, despacho para Washington, 29/12/1907.
\textsuperscript{316} BURNS (1966, p. 200, 202) dá ênfase ao mercado norte-americano para o café brasileiro como fator de aproximação entre os dois países. Vejam-se, também, PRADO JÚNIOR, 1967, p. 207; VALLA, 1972, p. 16.
Homem de seu tempo, Rio Branco reconhecia-se no liberalismo econômico vigente no país desde o tempo do Império. Todavia, as posições que o chanceler tomou na esfera econômica resumiram-se à defesa da política alfandegária do Executivo. Não obstante sua preferência pessoal por uma política alfandegária liberal, conforme se vê em trecho de uma longa carta enviada a Domício da Gama em 1908, "sobresende ao protecionismo que a tarifa brasileira dava a certos produtos nacionais e, sem nenhuma ingenuidade, estava consciente de que o protecionismo nos Estados Unidos era mais forte do que no Brasil. Sabia que a livre entrada de quase todos os produtos brasileiros naquele país se devia ao fato de não concorrerem com o que era produzido internamente, "constituindo uns, como a borracha, matéria-prima para as fábricas, e outros, como café e cacau, artigos necessários à alimentação do povo e que seria impolítico encarecer". Mesmo ciente de que a isenção de direitos alfandegários concedida pelos Estados Unidos ao café brasileiro se devia, sobretudo, a razões internas, Rio Branco bem avaliava o quanto era importante o mercado consumidor daquele país para o funcionamento da economia brasileira. O peso desse mercado foi o argumento utilizado para recusar pedidos de favores aduaneiros feitos, em nome da reciprocidade, por terceiros países.

1. Rio Branco e o corolário Roosevelt

No que se refere aos aspectos comerciais não há muito o que desvendar, mas o mesmo não se dá em outros aspectos das relações Brasil-Estados Unidos. Um dado geralmente ignorado é a aceitação, por parte de Rio Branco, dos termos do corolário Roosevelt, que, segundo o chanceler, não deveria ser motivo para temor:

Não vejo motivos para que as três principais nações da América do Sul – o Brasil, o Chile e a Argentina – se molestem com a linguagem do presidente Roosevelt (...). Ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer "bom uso da sua independência", ou que deva ser aplicado pelos mais fortes o “direito de expropriação contra os povos incompetentes”, direito proclamado há tempos pelo atual presidente dos Estados Unidos.

As demais repúblicas latino-americanas que se cuidassem caso sentissem qualquer ameaça na linguagem fraca do presidente norte-americano, procurando "escolher governos honestos e previdentes e, pela paz e energia no trabalho, progredirem em riqueza e força". A Doutrina Monroe, mesmo nos termos em que foi reditada por Roosevelt, afigurava-se-lhe como proteção contra eventuais violências e conquistas perpetuadas pelas potências européias, conforme ilustra o então recente caso venezuelano (1902), uma vez que a intervenção europeia só se consumara após consulta ao governo dos Estados Unidos e porque ficara claro que não implicaria ocupação territorial. A linguagem de Roosevelt deveria inquietar mais as potências do Velho Mundo pelo fato de os Estados Unidos mostrarem-se dispostos a "intervir, sempre que for necessário, na questão do Oriente europeu e na Ásia, que as mesmas potências entendem pertencer-lhe exclusivamente". Rio Branco identificava a existência de uma nova potência nesse lado do Atlântico, bem como a via adquirindo sua parte de influência na constelação do poder mundial. A diferença de forças entre os EUA e as nações hispano-americanas da América era tal que Rio Branco, com realismo, dizia:

(...) a tão falada liga das Repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irreajetável, pela impossibilidade de acordo entre povos em geral separados uns dos outros, e é até ridículo, dada a conhecida fraqueza e falta de recursos de quase todos eles.

Rio Branco entendia que a Doutrina Monroe fora útil à América Latina e enxergava incoerência naqueles que então manifestavam pre-

---

117 (...) Só se pensa hoje em economias e em aumentar os já horroresos impostos, sem refletir que a venda aumentaria se reduzíssemos os direitos aduaneiros sobre muitos produtos que o povo não pode comprar agora e compraria amanhã se eles direitos fossem reduzidos" (AII. Carta de Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 15/12/1908).
118 AII. Despacho para Washington, 16/03/1910 (Rio Branco a Rinaldo de Lima e Silva).
venções contra os Estados Unidos depois de terem aplaudido a intervenção destes a favor de Floriano por ocasião da Revolta da Armada. No rascunho de resposta a ofício vindo da legação em Buenos Aires, afirmou:

Acusar o recebimento. Aprecio muito a opinião do dr. Larreta sobre a doutrina de Monroe que tão útil tem sido para todos os países da América Latina. Aqui no Brasil, infelizmente, alguns dos que promoveram e aplaudiram a intervenção da Marinha de guerra dos Estados Unidos em favor do governo legal, em uma guerra civil, e que, com grande entusiasmo, assentaram a primeira pedra para um [monumento] a Monroe no Rio de Janeiro, manifestam hoje má vontade [escreveu “desconfiança”], mas riscou e prevenção contra esse governo amigo, no Congresso e na imprensa, e pensam agora como pensava em 1904 o autor da Ilusão americana.\footnote{AHI. Manuscrito apostos pelo ofício de Buenos Aires, 31/12/1905.}


Ao enviar a nota ao representante argentino em Washington, Drago manifestou ao ministro plenipotenciário brasileiro em Buenos Aires, Ciro de Azevedo, o desejo de conhecer seu parecer sobre a mesma, explicando, segundo narrativa deste, “que a intenção principal (...) era não mostrar indiferença em um caso tão importante para toda a América, e deixar o precedente do seu protesto contra essa tendência de absorção indireta e de domínio agressivo das grandes potências”. Drago queria conhecer a opinião do Brasil e “insinuou quanto estimava que o Brasil se manifestasse, na forma que lhe pareceesse mais oportuna, em favor do que considerava a sá doutrina e defesa da independência do nosso continente”.\footnote{AHI. Ofício confidencial de Buenos Aires, 31/12/1902 (carta de Azevedo a Rio Branco).}
A posição de Rio Branco foi de alinhamento à dos EUA, pois entendia que a Doutrina Monroe não estava em questão, uma vez que o bloqueio não implicava conquista de território. O secretário de Estado, Hay, opinava que o Brasil não deveria se envolver na questão da Venezuela, com o que concordou o governo brasileiro, até porque se queria preservar as boas relações com os governos que pressionavam o país sul-americano. Além de aceitar a sugestão norte-americana, o chanceler brasileiro recusou a do ministro argentino Drago para formar uma liga de países sul-americanos contra demonstrações de força de países europeus, e negou-se a engrossar o protesto contra cobrança coercitiva de dívidas. Ademais, o Brasil não era mai pagador. Rio Branco reiterou em despacho para Washington: “Concordo com vossa excelência [Assis Brasil] e secretário de Estado Hay. Não devemos entrar nisso, sendo desejo do presidente e também meu que possamos estar sempre de acordo com o governo de Washington.”

Além disso, pode-se aventurar que qualquer protesto naquele conjuntura seria vão, uma vez que, agora os Estados Unidos, nenhum outro país americano tinha força suficiente para se opor a qualquer das potências europeias envolvidas no episódio venezuelano. Ao recusar a proposta de formalizar protesto conjunto, o chanceler não apareceu secundando uma iniciativa argentina, pois poderia significar um teto a favor da liderança do país platino numa América Latina composta de devedores.

Roosevelt não aceitou ser o árbitro da questão, que foi encaminhada para a Corte Internacional de Haia. A sentença saiu em 22 de fevereiro de 1904, reconhecendo o uso da força.


uma vez que em Haia ela teria “maior número de opositores, porque aos da América se hão de reunir muitos dos delegados europeus.”

Quando estava em preparo a Conferência de Haia de 1907, Rio Branco afirmou em despacho para Joaquim Nabuco: “Nós não temos realmente interesse algum em que a chamada Doutrina Drago figure no programa da Conferência, ou seja proposta e aceita. Pagamos as nossas dívidas e, por outro lado, somos credores do Uruguai e do Paraguai.”

O fato de o Brasil não ser devedor insolvente colocava Rio Branco numa posição cômoda, diferente daquele das repúblicas hispânico-americanas. Em dia com seus compromissos, não havia porque o Brasil, pragmaticamente, assumir postura diversa e iritar as potências capitalistas num momento em que se davam boas-vindas ao capital estrangeiro.

Coerente consigo mesmo, Rio Branco, por ocasião da guerra civil no Paraguai (1905), em correspondência com o ministro brasileiro em Washington (Alfredo de Moraes Gomes Ferreira), expressou que não havia razões para o “receio de que certos governos sul-americanos têm de próximas intervenções dos Estados Unidos nos seus negócios.”

Ainda mais que não se tratava de intervenção estrangeira no sentido de contribuir para que um partido suplantasse outro, mas sim de colaboração para se chegar a um acordo conciliatório, sem desprestígio para a autoridade legal. Rio Branco invocou precedentes históricos. A diplomacia europeia assim já havia procedido no Prata e, em 1864, a mediação brasileira, argentina e britânica fora aceita pelas forças em conflito no Uruguai. A posição de Rio Branco era clara:

Não creio que a presença de um ou dois navios de guerra americanos no Paraguai, onde, durante a revolução, os argentinos tinham quatro e nós três, pudesse dar lugar a injustos reparos, pois os Estados Unidos têm também ali, como no mundo inteiro, interesses comerciais a defender em caso de perturbações política.

139 AHE. Telegrama de 16 de janeiro, transcrito no despacho de Rio Branco para Washington em 2/04/1903.
142 AHE. Despacho para Washington, 30/03/1906.
143 Idem.
144 AHE. Despacho para Washington, 27/02/1907.
145 AHE. Despacho para Washington, 14/04/1905.
146 Idem.
147 Idem.
Acreditava na possibilidade de as nações mais fortes desempenharem ação benéfica em favor da paz entre as nações mais fracas. Por isto, era de parecer que o governo de Washington devesse acreditar um ministro residente no Paraguai, para

(... que esse diplomata possa, no interesse da paz e do progresso do nosso continente, exercer a influência benéfica que os Estados Unidos, em união com o Brasil e as outras potências ali representadas, podiam exercer em situações difíceis como a que acaba de atravessar aquele país.

Em julho de 1906, em longa entrevista concedida no Rio de Janeiro ao correspondente do jornal argentino La Nación, entre outras coisas, Rio Branco afirmou que o expansionismo dos Estados Unidos não apresentava perigo nesta parte do continente, pois em razão da distância só poderiam exercer influência direta no Mar das Antilhas. Em outro ponto da entrevista, foi de uma franqueza que provocou espanto no Prata:

(... os países que não sabem se governar, que não têm elementos suficientes para evitar as contínuas revoluções e guerras civis, que sucedem sem interrupção, não têm razão de existir e devem ceder seu lugar a outra nação mais forte, melhor organizada, mais progressista, mais viril.

Rio Branco, logo depois, desautorizou as declarações publicadas pelo correspondente, até porque eram de péssego efeito naquele momento, pois se acabara de inaugurar a 3ª Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro. O La Nación, todavia, confirmou a reportagem. Para o El Tiempo, também de Buenos Aires, a reportagem teria sido uma indiscricão, mas daquelas “calculadas e bem pesadas”. Não é difícil, assim, entender por que Rio Branco, em mais de uma oportunidade, repartiu com Roosevelt o adjetivo de imperialista, sobretudo na América espanhola.

131 A tradução é nossa. La Nación, Buenos Aires, 26/07/1906.
132 Para mais esclarecimentos, vejam-se: La Nación, Buenos Aires, 26/07, 9 e 10/08/1906; La Prensa, Buenos Aires, 8/08/1906; El Tiempo, Buenos Aires, 9/08/1906; e El País, Buenos Aires, 10/08/1906.

A Doutrina Monroe era vista por Rio Branco como recurso defensivo, uma vez que seria extensiva a todo hemisfério, isto é, sua aplicação não era restrita à América do Norte. Por ocasião da 3ª Conferência Internacional Americana, a imprensa argentina combateu o “projeto de ampliar a Doutrina Monroe à América do Sul”, sob o patrocínio de uma suposta moção argentina-brasileiro-chilena. Rio Branco, ao se manifestar a respeito, afirmou:

As declarações de Monroe, de 2 de dezembro de 1823, contra possíveis projetos de expansão colonial européia na América e contra as então planejadas intervenções européias na vida interna das nações do continente, não visavam somente a América do Norte, mas sim a América inteira, tanto a do Norte como a do Sul.

Mas Rio Branco era, antes de tudo, um realista. O caso do Acre é ilustrativo. Embora o chanceler enxergasse os princípios de 1823 como um anteparo às agressões europeias, não mantinha ilusões a respeito da atitude dos Estados Unidos, caso estivesse em jogo interesses concretos de cidadãos norte-americanos.

O chanceler brasileiro não era figura deslocada do seu ambiente. Sua posição em relação à mensagem do presidente norte-americano em 6 de dezembro de 1904 tinha respaldo, embora não unânime, na opinião interna. Aqueles que aceitavam o corolário Roosevelt o faziam com argumentos parecidos com os de Rio Branco. O articulista Gil Vidal, por exemplo, não viu na posição de Roosevelt, em face do bloqueio anglo-italo-germânico imposto à Venezuela, em 1902, intuições de exercer hegemonia política sobre a América Latina. O governo de Washington, ao conseguir levantar o citado bloqueio, sob sua garantia, tornara-se flácor da sentença do Tribunal de Haia contra a Venezuela. Aos Estados Unidos cabiam, portanto, intervirem naquele país para fazê-lo cumprir os termos da sentença. A intervenção, no caso, seria a entrega da administração das alfiandegas até o pagamento das dívidas. Uma vez que a Doutrina Monroe vedava o continente à con-
quista estrangeira, os Estados Unidos, como contrapartida, exerciam o papel de polícia internacional. Assim, segundo o articulista, as nações americanas “que não quiserem passar por igual humilhação que procedam honestamente, como faz todo particular que não quer pendências com a polícia”. As declarações de Roosevelt, portanto, não eram um rasgo de jactância imperialista, nem revelam intuições de exercer uma hegemonia aviltante sobre os outros povos do continente. Além de uma justificação prévia da intervenção provável das forças norte-americanas na Venezuela, constituem prudente conselho e advertência às repúblicas da América Central e do Sul de que, fladins na proteção que lhes assegura a Doutrina Monroe, não lhes será lícito violar compromissos, atentar contra o direito alheio e escandalizar o mundo civilizado.344

Na mesma linha, Rocha Pombo desaprovou a atitude do general Cipriano Castro, presidente da Venezuela, e opinou que a Doutrina Monroe não podia “instituir em favor dos povos americanos o privilégio de faltar impunemente a compromissos de honra e ainda zombando dos credores”.345 Segundo outros dois articulistas, Luís Raposo e Bunápio Deiró, a doutrina de Monroe, mesmo nos termos em que a concebeu Roosevelt, era um instrumento de defesa da integridade territorial do continente em face de ações europeias. Não vislumbravam perigo, caso as nações da América do Sul “aceitassem esse convénio”.346 Para certo setor da opinião, era tida como “grande serviço” ao continente, pois assegurava a liberdade para o “desenvolvimento de cada nação americana”, resguardando-as da cobiça e da conquista europeias.347

Mas havia, internamente, outras posições a respeito do corolário de Roosevelt, visto como o serviço do imperialismo norte-americano.348 Oliveira Lima, às vésperas da 3a Conferência Internacional Americana, contestou o poder de polícia internacional no qual Roosevelt se auto-investiu.349

---

2. Criação da embaixada brasileira em Washington (13-01-1905)

Ao contrário do que à primeira vista possa parecer, a elevação da legação brasileira em Washington à categoria de embaixada, acompanha do ato recíproco e concomitante do governo norte-americano, que elevou sua legação no Rio de Janeiro à mesma categoria, adquire significado quando se observa da maneira global a ação de Rio Branco na pasta das relações exteriores. À época, a criação de uma embaixada tinha muito mais alcance do que nos dias de hoje. Não era um ato de rotina administrativa.350 Nem decorridos dois meses da mensagem de Roosevelt ao Congresso de seu país redefinindo os termos da Doutrina Monroe (06/12/1904), com a América Latina ainda sob seu impacto, Rio Branco reafirmou a aproximação Brasil-Estados Unidos, de modo enfático, por meio de um ato que, conforme afirmou Nabuco, por si só tinha o significado de uma política.

Segundo Lins (1943), o desejo de Rio Branco era criar "uma moldura nova e brilhante para dar relevo a um quadro antigo", para não "repetir os seus antecessores".351 Com efeito, a chancelaria brasileira aprofundou a reorientação da política externa brasileira para os Estados Unidos, inaugurada pela República.352 Além disso, a criação simultânea das embaixadas foi um ato de prestígio com o fim de diferenciar o Brasil das demais nações hispano-americanas e, sobretudo, para colocar a representação brasileira em Washington em nível superior às da Argentina e do Chile, as únicas países da América do Sul em condições de concorrer com elas.

A criação das embaixadas repercutiu na imprensa nacional e na estrangeira. Dois dos principais órgãos do Rio de Janeiro, O Paiz e o Jornal do Commercio, referendaram o ato do governo,353 visto como o marco de um novo momento na política exterior brasileira. Rio Branco passou a ser considerado o verdadeiro criador de uma nova política nessa área.344 Além do realce do prestígio brasileiro, emxergou-se o estabelecimento de

---

345 POMBO, Rocha. "Política americana". Correio da Manhã, 18/01/1905.
350 LIMA, 1980, p. 75-79.
351 BURNS, 1966, p. 201.
354 O Paiz, Rio de Janeiro, 8 e 17/01/1905; COSTA, 1968, p. 65-68.
quista estrangeira, os Estados Unidos, como contrapartida, exerciam o papel de polícia internacional. Assim, segundo o articulista, as nações americanas “que não quiserem passar por igual humilhação que procedam honestamente, como faz todo particular que não quer pendências com a polícia”. As declarações de Roosevelt, portanto, não eram

um rasgo de jactância imperialista, nem revelam intuições de exercer uma hegemónia aviltante sobre os outros povos do continente. Além de uma justificação prévia da intervenção provável das forças norte-americanas na Venezuela, constituem prudente conselho e advertência às repúblicas da América Central e do Sul de que, flados na proteção que lhes assegura a Doutrina Monroe, não lhes será lícito violar compromissos, atentar contra o direito alheio e escandalizar o mundo civilizado.\(^{344}\)

Na mesma linha, Rocha Pombo desaprovou a atitude do general Cipriano Castro, presidente da Venezuela, e opinou que a Doutrina Monroe não podia “instituir em favor dos povos americanos o privilégio de faltar impunemente a compromissos de honra e ainda zombando dos credores”.\(^{345}\) Segundo outros dois articulistas, Luís Raposo e Eunápio Delírio, a doutrina de Monroe, mesmo nos termos em que a concebeu Roosevelt, era um instrumento de defesa da integridade territorial do continente em face de agressões européias. Não vislumbravam perigo, caso as nações da América Sul “aceitassem esse convênio”\(^{346}\). Para certo setor da opinião, era tida como “grande serviço” ao continente, pois assegurava a liberdade para o “desenvolvimento de cada nação americana”, resguardando-as da cobiça e da conquista europeias.\(^{347}\)

Mas havia, internamente, outras posições a respeito do corolário Roosevelt, visto como a serviço do imperialismo norte-americano.\(^{348}\) Oliveiria Lima, às vésperas da 3ª Conferência Internacional Americana, contestou o poder de polícia internacional no qual Roosevelt se autointerrogou.\(^{349}\)


\[^{345}\] Pombo, Rocha. “Política americana”. Correio da Manhã, 18/01/1905.


\[^{350}\] Lima, 1960, p. 75-79.

---

2. Criação da embaixada brasileira em Washington (13-01-1905)

Ao contrário do que à primeira vista possa parecer, a elevação da legação brasileira em Washington à categoria de embaixada, acompanhada de ato recíproco e concomitante do governo norte-americano, que elevou sua legação no Rio de Janeiro à mesma categoria, adquire significado quando se observa de maneira global a ação de Rio Branco na pasta das relações exteriores. À época, a criação de uma embaixada tinha muito mais alcance do que nos dias de hoje. Não era um ato de rotina administrativa.\(^{350}\) Nem decorridos dois meses da mensagem de Roosevelt ao Congresso de seu país redefinindo os termos da Doutrina Monroe (06/12/1904), com a América Latina ainda sob seu impacto, Rio Branco reafirmou a aproximação Brasil-Estados Unidos, de modo enfático, por meio de um ato que, conforme afirmou Nabusco, por si só tinha o significado de uma política.

Segundo Lins (1945), o desejo de Rio Branco era criar “uma moldura nova e brilhante para dar relevo a um quadro antigo”, para não “repetir os seus antecessores”.\(^{351}\) Com efeito, a chancelaria brasileira aprofundou a reorientação da política externa brasileira para os Estados Unidos, inaugurada pela República.\(^{352}\) Além disso, a criação simultânea das embaixadas foi um ato de prestígio com o fim de diferenciar o Brasil das demais nações hispano-americanas e, sobretudo, para colocar a representação brasileira em Washington em nível superior àquelas da Argentina e do Chile, as únicas dos países da América do Sul em condições de com ela se rivalizarem.

A criação das embaixadas repercutiu na imprensa nacional e na estrangeira. Dos principais órgãos do Rio de Janeiro, O Paiz e o Jornal do Commercio, referendaram o ato do governo, visto como o marco de um novo momento na política exterior brasileira. Rio Branco passou a ser considerado o verdadeiro criador de uma nova política nessa área.\(^{353}\) Além do realce do prestígio brasileiro, enxergou-se o estabelecimento de

\[^{350}\] Burns, 1966, p. 201.


\[^{353}\] O Paiz, Rio de Janeiro, 18 e 17/1/1805; Costs, 1968, p. 65-68.

\[^{354}\] "Política Americana", O Paiz, Rio de Janeiro, 8/01/1905.
uma _entente cordiale_ entre as duas maiores nações do continente. José do Patrocínio publicou _O Paiz_ matéria em que aplaudia a criação da embaixada e a política exterior de Rio Branco, observando que o Brasil desempenharia uma missão civilizadora na América do Sul e lhe cabia compartilhar, de igual para igual, da guarda dessa parte do continente. "Essa política que os Estados Unidos se julgam com o direito de exercer em benefício da civilização, o Brasil a exerceu, sábia e desinteressadamente, desde o alvorecer da história diplomática". Assim, ao aceitar

(...), a embaixada com que o distinguiu o governo dos Estados Unidos, o Brasil não se deixou deslumbrar por honras, a que não tivesse direito. Por inspiração, necessidade e conta própria a nossa pátria adiantou a polícia da ordem continental de tal modo, que a iniciativa do monroismo não tem, como pode parecer, o mérito da originalidade. O que havia a fazer está feito, o que está por fazer está feito, para servir-se de uma expressão felicíssima de Joaquim Nabuco, em um dos seus combates parlamentares à legião negra do escravismo.396

Crítica severa partiu do _Jornal do Brasil_,397 que viu no ato grave erro em matéria de política internacional e vislumbrou o perigo do imperialismo americano. O jornal aproveitou o ensejo para reprender o apoio que o Brasil, a Argentina e o Chile haviam dado aos Estados Unidos ao reconhecerem a República do Panamá. Repeliu, em nome da independência do País; qualquer tipo de tutela, observando que a criação da embaixada era o reconhecimento da que era exercida pelos norte-americanos. Para o jornal, a embaixada era "megolamacondenável (...) mero luxo (...)(...) injustificável", parecendo, "à primeira vista, que o Brasil tem dinheiro demais, que a sua Marinha, já reorganizada e o seu Exército reformado (...) de nada mais precisa (...)."398

---

396 "As embaixadas", _O Paiz_, 17/01/1905.

---

O _Commercio_ de São Paulo desaprovou também o ato, pois não atinava com qualquer razão plausível que o justificasse. Após indagar a respeito de eventuais razões políticas, afirmou que seria compreensível a presença de um embaixador brasileiro em Londres por causa das ligações financeiras. Aceitou, até certo ponto, uma embaixada na Santa Sé, como sinal de reciprocidade, pois o seu agente diplomático acreditado junto do governo brasileiro fora elevado à categoria de núncio. Um representante em Portugal também estaría dentro dos limites do compreensível. Mas por que em Washington? O jornal pediu uma justificativa para a medida.399 _O Commercio_ de São Paulo nem sequer levou em conta o fato de os Estados Unidos já serem os maiores compradores de nossos produtos. Outro jornal centrava a crítica apenas nos gastos decorrentes da instalação de uma embaixada. Por razões de reciprocidade e pelo fato de o Brasil ser a primeira potência católica romana do mundo, Alfonso Celso, em artigo publicado no _A União_, defendeu a criação de uma embaixada na Santa Sé, até porque de tal ato resultaria, complementarmente, a almejada nomeação de um cardenal brasileiro.400

A essas críticas respondeu o próprio Rio Branco, sob o pseudônimo de J. Penn, em longo artigo publicado no _Jornal do Commercio_ do Rio de Janeiro. Ao sair a campo em defesa dos atos emanados das duas chancelarias, fez uma compilação de textos históricos para justificar, pela tradição, a aproximação dos dois países. Somente no final do artigo o chanceler tocou no essencial: a amizade dos Estados Unidos proporcionaria ao Brasil "uma barreira invencível" às manobras contra ele empreendidas, pois "Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião". Segundo o chanceler, o concurso norte-americano fora útil ao Brasil, mais de uma vez, em questões internacionais.41 A amizade norte-americana, realçada pelas embaixadas, teve, assim, caráter pragmático, pois, mesmo não se traduzindo em apoio ostensivo ao Brasil nas suas penências com seus vizinhos, contribuiu para neutralizar eventuais pressões dos Estados Unidos na solução de litígios.

400 CELSO, Alfonso. "Embaixadas", _A União_, Rio de Janeiro, 12/01/1905.
O *New York Herald*, em matéria que segundo Costa (1968) parece ser de inspiração de Rio Branco, vislumbrou no ato recíproco vantagens para o Brasil, pelo fato de seu representante, na categoria de embaixador, ter acesso direto ao presidente dos Estados Unidos e com precedência sobre qualquer outro diplomata latino-americano, à exceção do mexicano. Ao contrário dos demais países sul-americanos, o Brasil não temia o intervencionismo norte-americano por ter um governo escle- cido e progressista. “Mas sérias complicações que afetam toda a América do Sul podem desenvolver-se em qualquer tempo a propósito da doutrina de Monroe, e o Brasil deseja estar numa posição de prestígio em Washington (...).” O país estaria fortalecendo sua posição à “vista de possíveis acontecimentos internacionais no Hemisfério Ocidental”.340

Na América do Sul e na Europa enxergou-se na criação das embaixadas uma *entente* Brasil- Estados Unidos, aspirando o primeiro à supremacia política na América Latina para, numa divisão de responsabilidade na aplicação da Doutrina Monroe (conforme declararam então o presidente Roosevelt e o seu secretário de Estado, Root), atender a um suposto expansionismo brasileiro para o Oeste.341 O ato em questão conferia ao Brasil o status de primeira potência, a mais adiantada da América do Sul.342

A reação foi particularmente sensível na Argentina, tradicional rival do Brasil na disputa pelo prestígio.343 Na imprensa, particularmente, a decisão de alçar a legação à categoria de embaixada foi interpretada como desejo de o país de exercer, com o apoio dos Estados Unidos, hegemonia sobre a América do Sul.344 Para o *La Prensa*, os Estados Unidos e o Brasil separavam-se da comunidade internacional americana, procurando o segundo, sob o patrocínio do primeiro, colocar-se em uma categoria superior aos demais países latino-americanos. A elevação da legação trazia no seu bojo o princípio do isolamento brasileiro no continente. O *La Prensa* não poupou críticas à política internacional inaugurada por Rio Branco, por entender que não levava à sincera concórdia continental. Em Buenos Aires, viu-se ainda na criação da embaixada a possibilidade de o Brasil vir a desempenhar papel subal...
3. O pragmatismo da aproximação

O pragmatismo da amizade com a maior nação do hemisfério tinha para Rio Branco tanto justificativa econômica quanto política. O despacho reservado para Washington (31 de janeiro de 1905) é a chave para se conhecer sua concepção a respeito:

(...) Os Estados Unidos são o principal mercado para o nosso café e outros produtos. Ao seu governo devemos, sobretudo depois da visita feita a esse país em 1868 pelo imperador D. Pedro II, provas da mais cordial amizade, e devemos também serviços valiosos prestados em circunstâncias difíceis para nós. Tudo nos aconselha, portanto, a cultivar a estreitar cada vez mais essa amizade, para que assim possamos continuar a desfazer as intrigas e os périgos manejoos dos nossos inimigos de sempre e dos adversários ocasionais que as questões de fronteiras nos têm trazido. Agora mesmo, como no passado, o governo do Peru está em campo, solicitando a intervenção dos Estados Unidos contra o Brasil e contra o Chile. Em Buenos Aires o atual ministro das Relações Exteriores do Peru, sr. Prado Ugarteche, disse que o seu governo não duvidaria fazer as maiores concessões aos Estados Unidos e até a pedir o seu protetorado. (...)234

Rio Branco foi reiterativo no seu pragmatismo:

Não há de ser com uma política de afiçonetadas, tornando-nos desagradáveis aos Estados Unidos como desejariam os impontos inimigos que eles contam aqui e em quase toda a América Espanhola que poderemos inutilizar em Washington os esforços dos nossos contendores.232

Esses argumentos finais Rio Branco utilizou, na mesma ocasião, para justificar a elevação da representação brasileira em Washington à categoria de embalizada e para rebater as críticas que o ato ensejou.

Finalizou da seguinte forma o texto publicado, “a pedido”, no Jornal do Commercio:

(...) Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião. Quando ali chegou, em 1824, o primeiro agente diplomático do Brasil já encontrou uma missão sul-americana que pedia contra nós o apoio dos Estados Unidos. Em 1903 e 1904, no período agudo das nossas dissídências com a Bolívia e o Peru, lá se andou também procurando promover intervenções e fazendo oferecimentos tentadores. O ex-presidente Capriles, da Bolívia, confessou, em um folheto conhecido, o que por ordem sua foi feito nesse sentido. Todas as manobras empreendidas contra este país em Washington, desde 1823 até hoje, encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores.233

O projeto de reorganização da Marinha de Guerra brasileira fez recrudescer na Argentina vivo sentimento antibrasileiro, em 1906-08. O secretário de Estado, Root, mostrou preocupação com a disputa naval na América do Sul e chegou a sugerir a Nabuco, em Washington, a redução da força naval brasileira. Rio Branco acolheu com tristeza a sugestão e escreveu para Domício da Gama, então ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, recomendando-lhe a conveniência de

(...) estreitar relações com o ministro americano [em Buenos Aires] e ganhar a sua confiança para que ele não se deixe influenciar pela atmosfera de ódio e prevenções contra o Brasil em que vive. Devo informá-lo de que dias antes Root se oferecera para tratar da equivalência naval (...).234

231 AHU. Despacho reservado para Washington, 31/01/1905 (Rio Branco a Gomes Ferreira).
234 AHU. Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 15/12/1908.
Rio Branco buscava prever-se a fim de manter isolada a influência norte-americana. Ganhar a confiança do ministro norte-americano em Buenos Aires significava ficar mais à vontade para agir, na expectativa de que se impediaria eventual mediação norte-americana e, consequentemente, manteria a questão restrita aos dois países.

A amizade votada aos norte-americanos, além de se assentar na tradição e em razões de natureza econômica, serviria para conjurar eventuais dificuldades que poderiam surgir em Washington, capital que, segundo as próprias palavras do chanceler, era o principal foco de intrigas contra o Brasil. O seguinte trecho de despacho para Washington, confirmando telegrama anterior, dispensa esclarecimentos:

Sobre caso Chile Perú como sobre caso Brasil Peru melhor atitude governo americano seria aconselhar Peru a transigir para acabar com estas questões. Condescendendo com as manhasias choradeiras do Peru enche-o de esperanças anima a sua intransigência e dificulta a solução desses litígios. Colômbia também procurou 1906 apelo americano contra Brasil na questão de navegação fluvial e nada tendo obtido de Root conseguimos resolver questão limites e questão navegação satisfatoriamente para as duas partes.  

Antes disso, quando esteve na Suíça em missão especial para defender os direitos do Brasil no litígio com a França pela posse do Amapá, Rio Branco já manifestara receio da agressividade européia e, por consequente, valorizara o caráter defensivo da Doutrina Monroe, pois esta se aplicava exatamente às questões de limites entre as nações latino-americanas e às potências do Velho Mundo que ainda conservavam colônias no continente.  

A posição de Salvador de Mendonça, que fora ministro plenipotenciário do Brasil em Washington imediatamente após a proclamação da República, dá suporte a essa interpretação. Em artigo publicado n° O Século, datado provavelmente de 1903, sobre a situação internacional do Brasil, explicitou o temor de agressões europeias. A União do conti-

"(...) como a assimilação de raças é mais fácil no sentido da latitude, em razão da semelhança de climas, assim também os acordos comerciais são mais fácies no sentido da longitude, exatamente pela dissimelhança de climas opostos, os quais dão origem a produtos diferentes e por isso mesmo de fácil troca. Assim, concedendo todas as nações deste contí- nente favores recíprocos entre o Norte e o Sul, teríamos uma base seguro para um perfeito acordo dos interesses comerciais do continente."

A diplomacia já era vista, também no Brasil, como instrumento a serviço dos interesses materiais. Rio Branco, ao ver no comércio uma das justificativas para a aproximação aos Estados Unidos (uma vez que este país era o principal mercado para o café e outros produtos brasileiros), não inovava, colhia um dado corrente na opinião nacional.  

Para concluir, pode-se afirmar que uma vez constatado pelos homens da época que a América Latina situava-se na área de influência dos Estados Unidos (até porque os ingleses, satisfeitos com o corolário Roosevelt, retraíram-se na área), ao Brasil não restariam, numa perspectiva realista, alternativas ao acenamento diplomático de potência hegemônica, de cujo mercado dependia para vender mais da metade de seu principal produto de exportação. Além disso, não haveria por que temer o corolário Roosevelt. O Brasil, país estável, bem governado segundo os padrões da época e em dia com seus compromissos financeiros internacionais, estava a salvo de intervenções de potências imperialistas europeias e de eventual ato de polícia internacional que

173 Apenas reservado para Washington, 4/02/1909 (Rio Branco a Nabuco).
pudesse ser levado a efeito pelos Estados Unidos. O Brasil, sem menoscabo de sua soberania, contribuiu para a ampliação do sistema de poder norte-americano, pleiteando, em contrapartida, a elevação do status do país no conceito sul-americano.

Mas não se pode perder de vista, conforme interpreta Smith, que a estratégia de aproximação dos Estados Unidos, na qual se empenharam Rio Branco e Nabuco, foi, de fato, unilateral, uma vez que aquela não tinha equivalência em Washington. Os diplomatas norte-americanos moviam-se mais por interesses materiais, como tarifas e comércio, do que preocupados em dar suporte às aspirações brasileiras.360

Mesmo assim, com a aproximação aos Estados Unidos, apesar do aparência paradoxo, Rio Branco ampliava as margens de seus movimentos no contexto sub-regional. Essa maneira pragmática de entender as relações Brasil-Estados Unidos não foi bem compreendida pelos sucessores imediatos do barão, e a aproximação, em determinados momentos, adquiriu outro matiz.

4. Joaquim Nabuco e a noção de sistema continental

Rio Branco convidou, com reiteração, Nabuco, já reconciliado com a República, 361 para ocupar a embaixada brasileira criada na capital dos Estados Unidos,362 onde fez ampla pregação a favor da aproximação dos dois países. O chanceler reconhecia o peso dos Estados Unidos, mas concebia essa aproximação com mais realismo do que seu embaixador, até porque refutava a posição de caudátil da política exterior de outro país, fosse qual fosse. O embaixador, segundo o crítico Oliveira Lima, exagerava no seu americanismo e pan-americanismo, sem questionamentos.363


Rio Branco e Joaquim Nabuco concordavam, embora cada um a seu modo, que os Estados Unidos eram o centro de um subsistema internacional de poder. Na apresentação de suas credenciais ao presidente Theodore Roosevelt, formulou votos para que se aumente a imensa influência moral que os Estados Unidos exercem sobre a marcha da civilização e que se manifesta pela existência no mapa do mundo, e pela primeira vez na História, de uma vasta zona neutra, de paz e de livre concorrência humana.364

Nabuco foi ainda mais enfático na saudação que fez, logo depois, no Rio de Janeiro, ao secretário de Estado, Elihu Root, por ocasião da citada Conferência Internacional Americana: o continente americano formaria "um sistema político diverso do da Europa, uma constelação com órbita própria e distinta". As repúblicas americanas formariam, assim, no mundo "uma grande unidade política".365

A ideia de um sistema continental, cujo amálgama era a retórica do pan-americanismo, apareceu com nitidez na conferência em questão. Root aproveitou-se da oportunidade para propor a união das Américas, a fim de tornar possível a formação de uma "opinião pan-americana, cujo poder influa na direção internacional". A aproximação traria "a segurança e a prosperidade, a produção e o comércio, a riqueza e o saber, as artes e a felicidade para todos nós".366 O representante peruano manifestou também o reconhecimento da existência de um sistema de poder liderado pelos Estados Unidos:

(...) é digno chefe da poderosa República [Estados Unidos], que serve de exemplo, de estímulo, e de centro de gravidade ao sistema político e social da América. (...) Estes congressos, senhores, são o símbolo dessa solidariedade, que, apesar das paixões efêmeras dos homens constituem, pela força invencível das coisas, a essência de nosso sistema continental.367

364 AHI, 34.6/IX, maço 1, pasta 8 (cópia manuscrita de Rio Branco).
365 AHI, 273/3/10, 3ª Conferência Internacional Americana, ata da sessão solene (31/07/1906).
366 AHI, 273/3/10, 3ª Conferência Internacional Americana, ata da sessão de 31/07/1906. O Estado de S. Paulo, 1/08/1906, p. 2.
367 AHI, 273/3/10, 3ª Conferência..., ata da sessão de 31/07/1906.
VI – ARGENTINOS: PARCEIROS E RIVais

A Argentina de 1900, com uma população de 5 milhões de pessoas, era uma nação orgulhosa e optimista, e conheceu um despertar de imperialismo, do qual Estanislao Zeballos foi o melhor representante. O país platinó tivera um crescimento espantoso nos cinqüenta anos posteriores a 1860, só comparável ao dos Estados Unidos. Ao celebrar o centenário de sua independência (1910), apresentava-se como uma nação próspera. Maior exportadora mundial de grãos em 1909, logo (quatro anos depois) superou os Estados Unidos como exportadora de carne para a Grã-Bretanha. Com esse sucesso económico, a Argentina queria ombrear-se àqueles e desempenhar na América Latina uma missão civilizadora. Acomodada na divisão internacional do trabalho, desenvolvia um relacionamento preferencial com a Europa, sobretudo com a Grã-Bretanha, e era reativa às pretensões norte-americanas de aumento de influência sobre o hemisfério, sob a égide do pan-americano. Todavia, as relações comerciais Argentina-Estados Unidos cresceram dos anos finais do século XIX aos que antecederam à Primeira Guerra.

Com o Brasil, a Argentina tradicionalmente mantinha expressiva parceria comercial, conforme ficou evidenciado nos gráficos já apresentados, figurando como um dos seus principais fornecedores de gêneros alimentícios, sobretudo trigo em grão e farinha. As relações comerciais entre os dois países seguiam um fluxo praticamente invariável, com saldos amplamente favoráveis ao país do Sul. Se pouca coisa mudava naqueles relações, o mesmo não ocorria nas de natureza política, como a contrariar a lógica económica. Houve momentos de aguda rivalidade, entremeados por aqueles de cordialidade.

---

397 TULCHIN, 1990, p. 65, 78, 80-81. Em momento próximo da reunião da 3ª Conferência Internacional Americana, assim expressou-se El Diario, de Buenos Aires: "(...) Lo que sucede es que no podemos olvidar que si hemos creído tanto, que nuestro engrandecimiento nos coloca en el segundo puesto entre las naciones americanas, sin mas superior que los Estados Unidos, lo debemos exclusivamente é estas corrientes de comercio y emigración, nunca interrumpidas, que existen entre la América del Sud y las naciones de Europa. (...)" (El congreso pan-americano y las naciones europeas, 17/04/1906).
A noção de sistema continental tornou-se cada vez mais presente nos discursos daqueles que se ocupavam de relações internacionais. A visita de Root foi vista como parte de um programa internacional que incluí a tutela dos países sul-americanos pela América do Norte, conforme opinou o Journal des Deuxis de Paris. Enxergou-se, também, na política externa das duas maiores repúblicas do hemisfério, uma convergência para “a unidade de todas as Repúblicas americanas.”

Joaquim Nabuco, entre os brasileiros, era quem mais explicitava o reconhecimento da existência de um sistema continental. Na sua maneira de ver, as repúblicas americanas integravam “um só sistema político” em um concerto internacional dividido em dois grandes blocos:

A América, graças à Doutrina Monroe, é o Continente da Paz, e essa colossal unidade pacificadora, interessando fundamentalmente outras regiões da Terra — todo o Pacífico a bem dizer — forma um Hemisfério Neutro e contrabalança o outro Hemisfério, que bem poderíamos chamar o Hemisfério Beligerante.189

Para o primeiro embaixador brasileiro, os Estados Unidos lideravam “um continente neutralizado para a paz, livre e inacessível às competências da guerra que fazem do resto do mundo, da Europa, da Ásia, da África, hoje aglomerados, um verdadeiro continente beligerado”. Nabuco descartava a possibilidade de alianças europeias, pois, “desde o dia em que a América se constituiu independente da Europa, formou-se um sistema separado, diverso e distinto do europeu”, uma órbita separada. A política externa brasileira deveria convergir para o centro e não para a periferia desse sistema: “A política de aproximação com a América Latina, em desconfiança com os Estados Unidos, seria uma política insensata.”190 Nabuco ia mais longe: o caráter defensivo da Doutrina Monroe e o prestígio norte-americano garantiram a integridade da América Latina, pois serviriam para afastar cobiças estrangeiras. Nabuco era sobretudo um idealista. A aproximação com os Estados Unidos — que ele dizia ser “o alfa e o ômega da nossa política externa” — deveria ser feita com sinceridade.191 O tribunal pernambucano, descontados os exageros de ênfase, ao sentir a viragem do poder mundial, explicitou como deveria ser feita a política externa brasileira:

A Doutrina Monroe impõe aos Estados Unidos uma política externa que se comecasse a desenhar, e portanto a nós todos também a nossa. Em tais condições a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington. Uma política assim valeria o maior dos êxercitos, a maior das marinas, êxercito e marinha que nunca poderíamos ter. Precisamos de atividade, de clarividência, resolução e organização de um serviço diplomático em Washington, onde está a chave das nossas relações diplomáticas.192

Brasil e Estados Unidos estariam isolados entre as demais nações do hemisfério por diferenças linguísticas, raciais e sociológicas. Ao Brasil, portanto, não caberia, segundo Nabuco, “hesitar entre Estados Unidos e a América Espanhola”.193 Esse reforço do bilateralismo brasileiro sucedia a uma visão oligárquica de nações pouco afumilhadas no topo, que incluía Argentina e Chile. Quando estava em Roma em razão do litígio do Brasil com a Grã-Bretanha, Nabuco afirmou (março de 1904) que “tantos quanto possível, o Brasil, a Argentina e o Chile [deviam] apoiar-se sempre reciprocamente”.194 No mês seguinte, manifestou que, além da inteligência entre os três países, o Brasil deveria aproximar-se cada vez mais dos Estados Unidos, “parceiro de longa data, que conviria de modo hábil, separar a nossa causa da dos Estados, se se pode chamar assim, que desacreditaram completamente a forma republicana na América Latina.”

192 ARIL 34-6-1, A-4, G-1, M-74 — Nabuco ao dr. Cardoso. Roma, 20/03/1904.
193 ARIL 34-6-1, A-4, G-1, M-74 — Nabuco a Mr. Brandão. Roma, 2/04/1904.
No início da gestão Rio Branco, as relações do Brasil com a Argentina foram cordiais. O general Júlio Roca, ao culminar sua segunda gestão presidencial, em outubro de 1904, deixou as relações da Argentina num elevado nível de concórdia com o vizinho do Norte. A troca de visitas (1890-1900) entre ele e o presidente Campos Sales legara um saldo de simpatia nas relações entre os dois países. Acertada entre Manuel Gorostiaga, representante da Argentina no Rio de Janeiro, e o então chanceler Olinho de Magalhães, as visitas presidenciais destinavam-se a quebrar a frieza existente nas relações Argentina-Brasil, mas teria sido "um salto nas tinebielas", porque uma eventual recepção popular de indiferença a Roca faria a visita ter efeito contrário ao pretendido, pois afastaria brasileiros e argentinos ao invés de aproximá-los. Gorostiaga fez tais observações a Rio Branco, a quem recordou ainda que Campos Sales, quando recebeu Roca, enfrentava resistências contrárias e por isso havia receio de que a oposição interna pudesse repercutir na maneira em que seria acolhido o presidente argentino. Mas, segundo o diplomata, "a cultura do povo brasileiro, justificando nossa confiança, (...) deu à visita do general Roca um brilho excepcional."

Gorostiaga ficou por mais de um lustro à frente da legação no Rio de Janeiro, onde desenvolveu uma política de aproximação. Quando foi removido do posto, em carta de despedida a Rio Branco, em outubro de 1905, manifestou sua fé na união dos dois povos. Alguns dias antes, Gorostiaga recebera de Bartolomé Mitre carta na qual, a propósito de um artigo de Leopoldo de Freitas que lhe fora enviado pelo diplomata, justificava a importância da aliança argentina-brasileira. Rio Branco, na resposta de agradeceimento a Gorostiaga, deu ênfase ao tratado de arbitramento geral firmado entre os dois países:

170 POLÍTICA EXTERNA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

(...) Desde que, na noite de 22 de outubro do ano passado, em conversa-
ção na Legação do Ecuador, V. Exa. me manifestou o desejo de que con-
clussemos um acordo dessa natureza, acolhi com grande satisfação a sua
iniciativa e em 14 de novembro lhe remeti o projeto que serviu de base às
negociações. Em 27 de dezembro, apenas me comunicou as modificações
propostas pelo seu governo, combinando próximamente com V. Exa. a nova
redação de alguns dos artigos. Só em princípios de setembro fiquei saben-
do que o governo argentino aceitava o projeto assim emendado e deseja-
va mais que as regras do processo, por nós reservada, para cada compro-
missio especial, fossem estabelecidas no próprio tratado geral, como nos
que a Rep. [Argentina] celebrou com as do Uruguai, Chile e Paraguai.
Acedi sem demora a essa indicação e em poucos dias lhe apresentei a
redação final com as emendas e acréscimos desejados. Recordo estes fatos
para poder dizer que, pela minha parte, fiz quanto pude, como V. Exa. tam-bém o fez, para apressar a conclusão deste negócio.

Quanto aos meus sentimentos para com a Rep. Argentina, V. Exa. os
conhece desde bastante tempo e os viu de novo afirmados na carta que
lhe dirigi em 3 de setembro. Faço ardentes votos para que o Tratado de
7 de setembro último assegure para sempre a concórdia entre os nossos
dois países e muito me honra de haver podido colaborar nessa obra de
paz. (...) 403

A rivalidade entre os dois países, todavia, permaneceu latente e
afrouxou no mesmo ano em que Gorostiaga deixou o Rio de Janeiro (1905),
sobretudo quando da discussão e aprovação do projeto brasileiro de
rearmamento naval no ano anterior,404 e da elevação das legações dos
Estados Unidos e do Brasil no Rio de Janeiro e Washington à categoria
de embaixadas. Outro foco de rivalidade residia nas relações dos dois
países com o demais da Bacia do Prata. As aproximações, os afastamen-
tos e as reaproximações do Paraguai e Uruguai em relação ao Brasil e à
Argentina eram acompanhadas nestes dois países sempre com uma
ocupação de fundo: a eventual aspiração de hegemonia do rival.

O espírito de rivalidade recrudesceriu na Argentina quando o vice-
presidente Figueroa Alcorta assumiu a presidência, no início de 1906,
evem virtude do falecimento do titular Manuel Quintana, e designou

403 Rascunho, do punho de Rio Branco, da carta a Gorostiaga, datada de Petrópolis, 9/10/1905
(ArQ. 34-6-L A-3 G-4 M-52). (Atualizamos, como sempre, a ortografia.)
404 MONETA, 1973, p. 70.
EStanislão Zeballos, rival de Rio Branco desde o litígio lindeiro de Palmas, para, pela terceira vez, chefiar o Ministério das Relações Exteriores, onde ficaria até junho de 1908. A tensão chegaria a um ponto tal que a paz entre os dois países ficou ameaçada.

Com a queda de Zeballos e o posterior esclarecimento da fraude do "Telegrama n. 9" (que se verá mais adiante), as relações entre os dois países melhoraram sensivelmente. Roque Sáenz Peña, na condição de presidente eleito, visitou o Brasil em 1910 (portanto, ainda durante a gestão Rio Branco); Lauró Müller, seu sucessor, foi a Buenos Aires em 1915 e negociou o pacto do ABC (Argentina, Brasil e Chile), na esteira da atuação conjunta destes três países na crise das relações mexicano-norte-americanas, materializando, assim, uma antiga aspiração tanto de Rio Branco quanto de Sáenz Peña.

Cumpre, finalmente, observar que o Brasil, em razão da nova realidade de poder internacional e, sobretudo, dos interesses da agroexportação, aproximou-se dos Estados Unidos. A Argentina alimentou a pretensão de rivalizar-se com estes no hemisfério, ao mesmo tempo que se mantinha fiel ao relacionamento especial com a Grã-Bretanha.